

SE COMPREENDER, REFLETIR E NÃO PEDIR AUTORIZAÇÃO PARA (RE)EXISTIR: TRILHAS DE UMA PESQUISA RADICALMENTE QUALITATIVA.

Brenda Barbosa da Silva

Universidade de São Paulo

brendasilva@usp.br

Marília Velardi

Universidade de São Paulo

marilia.velardi@usp.br

Resumo

Neste trabalho apresento narrativa de alguns movimentos parciais de meu processo de investigação no Programa de Mestrado. Entendendo a diversidade das abordagens qualitativas, assumimos aqui que essa pesquisa se alinha ao campo de pesquisa radicalmente qualitativa. Com isso queremos partilhar a descrição desse processo e também o seu imbricamento com a realidade, de modo que há, pelo menos, dois processos que consideramos relevantes aqui: a reflexão quanto ao percurso metodológico e a intervenção/relação que ele gera com a *coisa* que se investiga.

Palavras-chave: Pesquisa Radicalmente Qualitativa. Narrativas. Metodologia.

Abstract

In this work I present narrative of some partial movements of my research process in the Master Program. Understanding the diversity of qualitative approaches, we assume here that this research is aligned with the radically qualitative field of research. In this way we want to share the description of this process and its overlap with reality, so that there are at least two processes that we consider relevant here: the reflection on the methodological path and the intervention / relationship that it generates with the thing that is investigated.

Keywords: Radically Qualitative Research. Narratives. Methodology.

Introdução

Neste trabalho apresento narrativa de alguns movimentos parciais de meu processo de investigação no Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política – PROMUSP na Universidade de São Paulo – USP. Entendendo a diversidade das abordagens qualitativas, assumimos aqui que essa pesquisa se alinha ao campo de pesquisa radicalmente qualitativa. Com isso queremos partilhar a descrição desse processo e também o seu imbricamento com a realidade, de modo que há, pelo menos, dois processos que consideramos relevantes aqui: a reflexão quanto ao percurso metodológico e a intervenção/relação que ele gera com a *coisa* que se investiga.

O projeto de pesquisa que apresentei para ingresso no Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política - PROMUSPP na Universidade de São Paulo – USP tinha por título “SARAUS PERIFÉRICOS: quando a arte mediatiza mudanças sociais”, cuja hipótese era a de que os saraus que acontecem nas periferias da cidade de São Paulo servem como espaço de humanização, fruição artística e favorece processos de mudança social, sendo a dimensão “arte” a catalisadora desse processo. Propunha isso, pois foi como ocorreu comigo e como vejo ocorrer com outras pessoas que participam desses espaços. Na época eu não sabia, mas meu interesse era apresentar os espaços de expressões poéticas da/na periferia, tais como as Batalhas de Rima, Saraus, Slams e outras *performances*, como importantes espaços de formação. Estes eram espaços importantes para mim, já que foi o sistema cultural em que tive acesso a diversos aprendizados e conhecimentos que permitiram meu acesso e permanência à Universidade e que não eram reconhecidos com esta validade eu queria falar sobre isso.

Apesar de vivenciar esse lugar de onde eu queria falar, projetei a pesquisa como se eu fosse apenas uma observadora externa a esse fenômeno, como se nunca o tivesse vivido. Nessa época eu tinha como proposta metodológica a etnografia e desde o período em que eu elaborava o projeto me inquietava pensar que a etnografia diz respeito a uma estratégia em que o sujeito que a realiza é um sujeito “de fora” da realidade observada. Eu questionava de que forma eu, forjada nos espaços de saraus e outras linguagens similares, conseguiria me colocar “de fora”, distante dele, se teria capacidade e se seria cabível eu desempenhar esse papel. Lembro-me de achar estranho esse lugar, sentir-me como uma farsa e mesmo questionar se eu poderia investigar esse assunto. Mesmo não aderindo as visões que postulam a imparcialidade da ciência, meu envolvimento com o campo deixou-me insegura. Além da insegurança quanto ao caminho metodológico para o que eu queria fazer, a insegurança em pensar se pessoas como eu poderiam ser mestradas. Mantive-me confiante na proposta ao considerar que a Antropologia, de onde mina a etnografia, passou e ainda passa por questionamentos e novas perspectivas sobre sua constituição como pesquisa do/sobre/com o

outro, abrindo margens para diálogos e reposicionamentos quanto ao antropólogo, seu papel, quem são os outros, etnocentrismos, decolonialidade e outras aberturas.

Esses questionamentos fizeram-me considerar que a etnografia ainda não era o que eu queria como metodologia, mas que ela permitia produzir subsídios academicamente legitimados mais próximos aos de minha linguagem. Na época, apesar de já existirem relevantes publicações sobre autoetnografia, por exemplo, eu as desconhecia. Eu pensava que, no limite, eu “olharia de forma exótica o familiar”, lembrando os apontamentos de Milton Santos sobre territórios. Tanto a noção de que eu deveria ser e estar distante do campo que eu investigaria, quanto minha insegurança com o ambiente acadêmico têm uma origem bem anterior e interior na estrutura da nossa sociedade e que em minha própria vivência na graduação pude experienciar, compreender e por isso mesmo temer.

1 Das dificuldades de *se* compreender e *se* identificar como “falante da academia”/ sujeita acadêmica.

Eu me formei em Serviço Social em uma universidade federal fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Isso significa dizer, dentre tantas coisas, uma graduação construída em um campus universitário com intensas lutas estudantis por políticas reais de permanência; um corpo discente mais diverso do que o habitualmente matriculado nestas universidades; dificuldades de permanecer simbólica, financeira e intelectualmente; e toda uma estrutura universitária, em especial o corpo docente, diante do desafio de formar profissionais com origens e contribuições muito diferentes para ser facilmente amalgamadas. Também no que concerne à expansão considerada “democratização do ensino superior no Brasil” é importante dizer que a ampliação das oportunidades de acesso não necessariamente se constitui em uma queda das desigualdades sociais que, obviamente, a universidade também reproduz.

Especificamente no curso de Serviço Social, que é uma profissão que atua com o enfrentamento da questão social em suas diversas expressões e onde me graduei, de repente receber como estudantes as/os sujeitos que historicamente é o público com que esta profissão atua significou (e significa) repensar as bases teóricas da própria profissão enquanto ela acontece, se desenvolve e é ensinada. É também lidar com o desconforto dos questionamentos

tanto das apreensões que a profissão fez/faz desse público que agora está *ali* presente para falar por si e problematizar o lugar delegado para eles, quanto ter que repensar respostas profissionais para o próprio público/estudante que está na sala de aula com todas as demandas aparentes e reais com que Assistentes Sociais e Educadores têm que atuar – muitas vezes sem considerá-los como sujeitos, em uma perspectiva ainda conservadora e extremamente colonizadora.

Ao distanciar-me do contexto periférico em que cresci e ocupar a universidade pública, o *território periferia* não pôde ir comigo, mas o *sentir-se periférico*, a memória, a vivência, a cultura e visão de mundo, entre outros, a periferia como sistema cultural, foram comigo, sim. É verdade que, na minha percepção, os espaços acadêmicos hegemônicos não expressaram maiores interesses do que o de “objetificação” e marginalização do lugar periferia. Porém, também é verdade, que durante toda a minha permanência e a de outras/os periféricos ali, procurávamos sempre “pela brecha”, pelas vielas, subvertendo e desconstruindo essa objetificação. Eu buscava meios de não alijar-me de mim, e se eu estava ali, então ali também estaria uma contribuição da experiência periférica em primeira pessoa, como sujeita periférica – e não objeto. Mas essa postura não foi imediata. E mesmo depois de assumir essa posição, isso nunca significou que eu não estaria sujeita à depreciação por minha origem socioespacial ou que eu não seria impelida a me distanciar dela, ser arrancada de minhas referências, como ocorreu com frequência – ora meus estudos eram “panfletários demais”, ora minhas práticas eram “subjetivas demais”, ora “agressiva demais”, nunca interpretada como adequada, “científico” e insistentemente descontextualizadas.

Os desafios dessa nova realidade no contexto universitário brasileiro talvez estejam mais amplamente discutidos e expressos como “racismo institucional” ou “inserção da/o negra/o na universidade”. O que se percebe é que o tão “sonhado” acesso ao ensino superior pode se revelar um processo (de)formativo, silenciador, expulsivo, doloroso e colonizador quando não nos moldamos à universidade. Se moldar à universidade pode significar abrir mão de quem somos, como nos constituímos, de nossas referências, para dar lugar as referências universalizadoras da universidade. Foi desse lugar que senti maior dificuldade em falar a linguagem acadêmica, identificar uma forma de expressão coerente com a minha forma de

ação e de pensamento – construídas em grande parte por práticas político-pedagógicas, estéticas e poéticas das/nas periferias. O desafio não era o de entender, não era uma dificuldade de aprendizado intelectual ou de “ser aceita”. Em minhas reflexões eu não entendia como *eu, sujeita periférica*, pertencendo e concordando com os que emanam tal crítica à universidade, faria parte da instituição criticada – universidade/*eu, sujeita universitária* – ainda mais para investigar as relações estabelecidas por quem estabelece a crítica – *eu, sujeita periférica* – sem corroborar com os paradigmas dominantes da instituição criticada – *eu, sujeita universitária*? Sim, dessa forma confusa mesmo. Como mediar essa relação junto à universidade? E junto às demais sujeitas periféricas? Em que medida eu também não reproduziria tal processo de “objetificação” da coisa que investigo, objetificando a mim mesma, doendo em mim? O desafio era descobrir se de meu lugar de investigadora eu poderia construir um lugar de vocalização desse *eu, sujeita periférica* e desse *eu, sujeita universitária*, bem como de outros vários “eus” que possuímos, da forma como eu penso ou se eu teria que seguir me mutilando.

2 O processo metodológico como forma de pensamento

*“Pega tudo que você se orgulha de si, e se empodere
Então veja como interfere,
parei de me ferir quando aderi ao que difere (...)
Se esconder na própria pele e apontar é muito fácil,
difícil é habitar a outra pele
(Issa Paz – RIMA DELA – CYPHER #1)*

Como dito anteriormente, ao ingressar no PROMUSPP eu pensei que pesquisaria sobre saras periféricas. Mas foi logo me vincular com o grupo de Estudos em Corpo e Arte – ECOAR e iniciar o processo de orientação junto a Prof^a Dr^a Marília Velardi, que pude aproximar-me de uma comunidade de aprendizado, como lia em bell hooks. Na graduação eu tive a oportunidade de construir espaços que serviram como comunidades de aprendizado. Logicamente não os construí sozinhas. Havia um cenário que favorecia a ocupação e mesmo a (des)construção da universidade. Em meu processo investigativo perceber as referências que me constituem, independente de seu caráter de “cientificidade”, e a forma como penso representa um importante desdobramento, pois permite também minha adesão a formas de ação mais coerentes às minhas investigações. O processo investigativo já não é um martírio de negação de si, incoerências, prescrições e de não pertencimento. O processo investigativo

passa fazer sentido para todos os meus papéis sociais, guardadas suas peculiaridades, mas sem a necessidade de sua negação. Foi com surpresa que descobri no ECOAR uma comunidade de aprendizado, uma comunidade interpretativa, um lugar em que eu pude começar a me refletir e formular por inteiro. Se me surpreendo, é por já ter visto nos estudos em corpo e arte práticas e narrativas que deslegitimavam e atacavam o meu corpo, minhas artes. Era um receio. Então inserir-me no ECOAR, sentir-me pertencente a ele e reconciliar-me com os estudos em corpo e arte foram processos essenciais para que eu pudesse identificar que em minha pesquisa não para era falar de saraus, de arte, de periferia. Era também isso, que é de onde eu me referenciei. Eu me constituo disso. Em minhas investigações o outro que eu falava como sendo um estranho, não era um falar do outro, era um falar *de mim com* os outros. Percebi minha biografia na proposta investigativa. Não como centralidade, mas como lugar por onde passa todo o processo criativo e interpretativo, íntimo, lugar que sente, pensa, sofre, vive e é. Crucial e também inicial nesse processo foi me encontrar com a escrita de Charles Wright Mills (1965) em “a Imaginação Sociológica” que validava a importância de cientistas sociais localizarem suas biografias ao investigarem a sociedade – aqui ampliando não apenas para cientistas sociais, mas para todos que se propõe ao exercício investigativo.

Elizabeth Adams St. Pierre (2017) ao apresentar a forma como compreende a história da pesquisa qualitativa situando quatro destas gerações descreve também o momento em que ela própria se percebe nesse caminho, suas críticas e reflexões. Em dado momento do texto ela faz o seguinte apontamento:

“Given the incompatibility of the humanist of the “post” descriptions of language and being, especially human being, deconstruction was inevitable. Derrida (1990) wrote that 'deconstruction is neither a theory nor a philosophy. It is neither school nor a method. It is not even a discourse, nor act, nor a practice. It is what happens' (p. 85). Indeed, as read Derrida and Foucault and Butler and Spivak and Deleuze and Guattari, qualitative methodology deconstructed itself. I could neither think it nor do it. (PIERRE, 2017, p. 39).

Ela narra também que só quando retornou a estes autores/as que ela já havia conhecido em seu doutorado é que percebe o lugar de sua inquietação é incapacidade para este modelo pesquisa “I began to fully understand that my inability to *do* conventional humanist qualitative inquiry emerged from my inability to *think* it” (PIERRE, 2017, p. 39).

Assim, entendo também, que minha investigação passou a fazer mais sentido quando do conflito entre os lugares que vivencio de forma antagônica e fragmentada na universidade, que por motivos estruturais tolhiam-me e manipulavam-me como objeto eu saltei para pensar o lugar em que vislumbro uma maior inteireza de mim, uma investigação que me contempla e completa, que me percebe viva nesse contexto, que coaduna os múltiplos interesses e complexidades entre os papéis que vivencio, em que eu posso dar formas, me coisificar e vivê-los, vocalizá-los, assumí-los, interseccioná-los.

Estes caminhos, portanto, estão se apresentando para mim como um conjunto a ser articulado no processo em que eu, dentre tantas possibilidades, tramo a mim como sujeita periférica e sujeita universitária não em oposição e sim *onde me reconheço no contexto universitário*, onde as linhas que me costuram podem ser e tecer novos emaranhados e já não tenho que remendar-me nos rasgos da “alta-costura” da academia. Aqui o ganho é reconhecer outras formas de pensamento e, principalmente, *a forma de pensamento como orientadora metodológica da investigação*. Já não cabia pensar num sentido e não agir do mesmo modo. Nunca me coube.

3 O processo metodológico como forma de ação

*“Decidimos mover nossas asas, de coadjuvante ser muito além
Antes de falar, ouça bem. Tamo junta e ninguém nos detém”.*
(Anarka – RIMA DELA – CYPHER #!)

Não acredito no exercício da crítica que tudo questiona, mas nada propõe, em nada age. Na verdade, tenho dificuldades em conceber qualquer exercício de cunho unicamente contemplativo – há algumas razões para isso e infelizmente aqui não caberá sua apresentação, mas está comporá minha dissertação. Mesmo a “[*meditação sem atitude não te traz respostas*](#)”¹. Há exceções em que o próprio exercício da crítica apontam os limites desta quanto à tomada de novas atitudes, mas que se justificam como necessárias para conseguir se tecer processos de mudanças. Entretanto quanto mais a coisa que se investiga está imbricada em nosso cotidiano, maior será a interação com a coisa que se investiga e suas relações. Coisa, coisificar-se, aqui é o oposto do objeto fabricado pela humanidade. É o reconhecimento da inteireza da vida da coisa (INGOLD, 2012). Quanto mais interações,

1 Verso da canção “PAY ATTENTION!” da arteira Marina Peralta.

maiores possibilidades de novos olhares, experiências, processos, saberes, ações... Dai a radicalidade que adjetiva esta pesquisa qualitativa. Mas não apenas por isso.

Assumir estas reflexões exige um intenso cuidado para “não jogar a água da banheira com o bebê junto”, mas isso também significa não deixar a água parada, ainda que haja riscos nesse movimento. Estou dizendo que é necessário um processo recíproco em ouvir, entender o olhar do outro conforme o outro olha, aprender um outro universo para poder se comunicar com ele. Nos campos em que existem ruídos, podemos ser vozes que ecoam e o desatam e também podemos amplificá-los. Então a consciência do que se quer e a coerência desse querer precisam ser constantemente revisitadas. Não há uma fórmula de *como* fazer. Tem um *acontecer* que se faz dessa busca, desse profundo respeito por quem se é, de onde se *pensa*, um profundo compromisso ético, estético e político com a coisa investigada.

Dizer isso no contexto de minhas investigações significa dizer que caminharei onde for possível caminhar respeitando-se quem sou, valorizando e me referenciando em minha formação construída extramuros da universidade e também considerando a universidade e a dinâmica da academia.

A academia hoje consegue articular um movimento contra hegemônico no que refere as epistemologias dominante. Apesar de não hegemônico, nem homogêneo, essa contra hegemonia consegue viabilizar muitas das mediações necessárias em minhas investigações. Pós-colonialidade, decolonialidade, anticolonialidade, epistemologias do sul, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, retomada guarani, perspectivas feministas... Todos esses saberes são expressões de movimentos que questionam a reprodução e manutenção de hierarquia e desigualdades na produção de conhecimentos, a afirmação de outros paradigmas para ciências e cientificidade e, evidentemente, também expressam as contradições que tensionam. Como explicar que o sujeito com maior visibilidade no debate sobre epistemologias do sul é um europeu²? Isso deslegitima essa abordagem? Deslegitima esse sujeito? Dependerá da relação que se estabelece com a coisa que se investiga! É preciso

² Aqui refiro-me ao sociólogo Boaventura de Sousa Santos, homem, branco, europeu e profundo questionador da matriz eurocêntrica, articulador de diversas lutas sociais e que possivelmente por seu lugar de fala consegue dar maior visibilidade a estes questionamentos do que, por exemplo, outras/os pensadoras/es latinoamericana/o conseguiriam. Ciente de seu lugar o utiliza em favor de democratizá-lo.

recordar que todos possuem um lugar de fala e que primar por esses lugares não significa silenciar vozes, mas romper com o unísono forçado e os silenciamentos acadêmicos.

Nesse sentido entendo-me como contra hegemônica no contexto universitário, no contexto periférico, no contexto afrofeminista, no contexto literário... Uma maré de contracorrentes! Mas entendendo a potência desse lugar. Em uma passagem do livro “O que é lugar de fala?”, de Djamila Ribeiro, a autora retoma a necessidade de se reconhecer diferentes saberes e de como isso rompe com um postulado de silêncio e diz:

“Tanto Lelia Gonzalez, como Linda Alcoff, Spivak, entre outras, pensam a necessidade de romper com a epistemologia dominante e de fazer o debate sobre identidades pensando o modo pelo qual o poder instituído articula essas identidades de modo a oprimir e a reificá-las. Pensar lugares de fala para essas pensadoras seria desestabilizar e criar fissuras e tensionamentos a fim de fazer emergir não somente contra discursos, posto que ser contra, ainda é ser contra alguma coisa. Ser contra hegemônica, ainda é ter como norte aquilo que me impõe. Sim, esses discursos trazidos por essas autoras são contra hegemônicos no sentido de que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Assim, por exemplo, eu opto por narrativas, no lugar de autoetnografias, mesmo hoje já ciente de que *sim*, se eu *quiser* eu *posso* fazer uso dessa estratégia metodológica. Porém *reflito* que a autoetnografia é parte de um processo que questiona a etnografia, que questiona Antropologia e que não é isso que quero fazer. Esses questionamentos são extremamente necessários para desestabilizar epistemologias dominantes e desenvolver a Antropologia. No entanto, de forma igualmente crítica e retomando o estilo de escrita de diversas outras escritoras negras as narrativas permitem eu me afirmar sem ter que fazer mais uma oposição. Eu não preciso reivindicar a decolonização da Antropologia, apesar de apoiá-la. Eu prefiro não “me colonizar” nessa antropologia, posto que posso optar por outro caminho. Não significa que eu desconheça o movimento que reivindica a autoetnografia, que já não se restringe a Antropologia. Tampouco que não estou atenta a ascensão das narrativas em primeira pessoa como estratégias metodológicas em pesquisas qualitativas. A minha *opção* considera estes cenários. No livro “Ensinando a transgredir – A Educação como prática da liberdade”, bell hooks lembra que em seu papel de ativista e feminista comprometida com a transformação da sociedade, quanto mais coerente é sua prática com esses valores, maior a perturbação e subsversão a essa sociedade:

“Desse ponto de partida, automaticamente pensamos em criar uma teoria que fale com o público mais amplo possível. Já escrevi em outros textos, e disse em inúmeras palestras e conversas, que minhas decisões sobre o estilo de redação são decisões políticas motivadas pelo desejo de incluir, de alcançar tantos leitores quanto possível no maior número de situações. Essa decisão teve consequências positivas e negativas. Os estudantes de várias instituições acadêmicas reclamam que não podem incluir minhas obras como leituras obrigatórias para os exames de conclusão de curso porque seus professores não as consideram suficientemente eruditas. Todos nós que criamos teorias e escritos feministas num ambiente acadêmico onde somos continuamente avaliadas sabemos que os textos considerados 'não eruditos' e 'não teóricos' podem nos impedir de receber o reconhecimento e consideração que merecemos” (hooks, 2014, p.99).

Assumir um lugar contra hegemônico e potente é optar por uma escrita que pode não reconhecer méritos no que eu escrevo, mas que gera incômodos que a academia precisa encarar; precisa se posicionar se quiser se opor a ela; precisa argumentar para defender sua ingênua neutralidade e *status quo*. Ao fazer isso torna visível o que apenas eu percebia e calava ao ser impelida a escrever com a dita erudição, com a dita teoria, mesmo quando isso significava me mutilar. Mas, para mim, mais relevante ainda é contribuir para fazer emergir o debate não apenas dentro de mim ou em nossos textos, mas em nossos contextos acadêmicos, em nossas construções onto-epistemológicas. É preciso gerar diálogos que expressem a complexidade de onde estamos e como nos relacionamos.

Através da narrativa eu também consigo retomar a escrita não apenas como minha forma de pensar e comunicar, mas também como uma forma de me comunicar fundamentada na oralidade e na memória, acessar territórios de ancestralidade e também conectada com os espaços de expressão poéticas das/nas periferias que me educaram e educam. Já não preciso que reconheçam sua legitimidade, pois as epistemologias dominantes não possuem autoridade para isso. Quando eu me referencio nas práticas da cultura periférica eu mesma a reconheço como minha formadora, como artística, como poética. Nesses espaços narrativas são *performances*, poesias são ensinamentos, corpos são expressões e a busca pela coerência do que se entoa e como se age é a métrica necessária para a manutenção de zonas autônomas temporárias que a gente cria por meio das palavras. Não é outra matriz de pensamento dominante que vai reconhecer essas experiências como eu e as/os demais participantes a valorizam. E, obviamente, esse pressuposto não ignora as hierarquias estruturais que criam desigualdades tanto para as pessoas que participam e encontram nessas modalidades um

espaço de fruição artística e intelectual; quanto para as iniquidades que dificultam a reivindicação deste espaço como espaço de arte, de reconhecimento e valorização da cultura periférica.

4. Das expectativas destes caminhos

Como subversiva, que é uma das formas como nossa sociedade nomeia quem ocupa espaços públicos declamando textos poético-políticos e realizando intervenções artísticas, eu parei de pedir autorização para (re)existir. Como periférica, universitária, educadora, mulher, jovem, negra, feminista, exercitando todas as minhas polivocalidades parar de pedir autorização para (re)existir não é pouca coisa e ainda estou experimentando essa nova postura – inclusive ainda buscando não me sentir culpada por isso. Tem sido uma experiência crítica, que sugere, gera e inspira novas possibilidades de conhecimentos, reconhecimentos, diálogos e práxis. Faz-me viva, mas ainda não sei onde chegará. É também um processo de criação artística, não apenas pelas referências artísticas que invoca, mas também pela poesia de como se pensa e pela artesanaria de como se faz.

A pesquisa radicalmente qualitativa permite-me ter no horizonte a busca pela minha inteireza em meus múltiplos papéis e vozes, ciente de que estas estão sempre em construção. Uma vez sabendo onde se quer chegar e os motivos da caminhada, acredito que os passos se desenharão, dançarão e caminharão comigo, como tem sido até aqui. Por estes contextos entendo como um ganho legítimo outras formas de pensamento como orientadora da investigação, principalmente em tempos de crise paradigmáticas. Assumir estas premissas possibilita experimentar novos caminhos metodológicos antes indisponíveis, dado os apriorismos teóricos que cercam o tema; e que também exigem e geram novas intervenções e relações com a coisa que se investiga.

Aqui não há nenhum ineditismo para o campo das pesquisas qualitativas - e não vejo problemas nisto. Mas certamente que sua reivindicação por novas gerações de pesquisadoras/es com origens tão heterogêneas também permitem novas reflexões para a área e a coloca diante de novos desafios. Em minha realidade esse processo gera importantes impactos em minha forma de ser e relacionar com o mundo. Então, que outras formas de se

relacionar estão sendo descobertas e impactadas? Penso que ainda é incomensurável o significado dessa adesão por parte destas/es pesquisadores de que também faço parte. E que há ainda um árduo trabalho a ser desenvolvido por todos nós que encontramos nas pesquisas qualitativas sua morada. Independente das dobras que nos aguardam, meu maior anseio nesse momento é vivê-las, investigá-las e em minha realidade tal engajamento hoje só é possível pelos encontros e desencontros aqui parcialmente narrados. Que venham mais!

REFERÊNCIAS

- BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. São Paulo. Conrad, 2001.
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2013.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução Sandra Regina Netz. 2.ed. São Paulo. Artme. 2006. 432 p.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 165 p.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2.ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2017. 283 p.
- INGOLD, T. *Trazendo as coisas de volta à vida*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan/jun. 2012.
- MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*. 1.ed. Rio de Janeiro. Zahar. 1965. 256 p.
- PIERRE, Elizabeth Adams St. *Post Qualitative Inquiry*. in *Qualitative Inquiry in Neoliberal Times*, p. 39, 2017
- RIBEIRO, Djamila. *O Que é: lugar de fala?* 1. ed. Belo Horizonte. Letramentos, 2017. 112 p.